Estratégia Concursos

Aula 00

SEFAZ-AL (Auditor de Finanças de Controle) Economia do Setor Público - 2022 (Pré-Edital)

Autor:
Celso Natale

10 de Janeiro de 2022

SUMÁRIO

1 Finanças Públicas (Economia do Setor Público)..... 2
1.1 Definição de Finanças Públicas..... 2
1.2 Abrangência..... 2
1.3 Objetivos (Falhas de Mercado)..... 11
1.4 Metas..... 14
2 Funções do Estado..... 14
2.1 Visão clássica das funções do Estado..... 15
2.2 Evolução das funções do Estado..... 15
2.3 Função Distributiva..... 16
2.4 Função Alocativa..... 17
2.5 Função Estabilizadora..... 20
Questões Comentadas..... 21
Lista de Questões..... 28
Gabarito..... 31

1 Finanças Públicas (Economia do Setor Público)

A primeira coisa que você deve saber sobre a disciplina de **Finanças Públicas**, é que ela também é chamada de **Economia do Setor Público**.

Mas, infelizmente, não é tão simples assim. É comum as bancas chamarem de "Finanças Públicas" uma verdadeira sopa de disciplinas que inclui, além da "verdadeira" Economia do Setor Público, matérias como Administração Financeira e Orçamentária, Finanças Privadas e Contabilidade Pública. Aviso isso apenas para tomar cuidado com questões "disfarçadas", mas sobre o material não precisa se preocupar, já levamos isso em consideração.

Aqui, o que você vai aprender é a abordagem econômica de Finanças Públicas, ou seja, Economia do Setor Público. Começando pelo básico.

Conceitos básicos têm esse nome porque formam a base de algo mais robusto, complexo e que, no nosso caso, cai na prova. Além disso, são bem fáceis de assimilar, tornando-se um ótimo assunto para começar.

1.1 Definição de Finanças Públicas

Hora de saber onde estamos pisando:

Finanças públicas é uma área da economia que estuda o pagamento e o custeio das atividades públicas (coletivas ou governamentais), assim como a administração e o desempenho destas atividades.

O cerne da disciplina, ou seja, seu principal aspecto é a abordagem dos **recursos públicos, sua obtenção e sua aplicação**, que deve sempre ter por finalidade o atendimento das **necessidades da sociedade**.

1.2 Abrangência

Pode-se dizer que as Finanças Públicas abrangem a atividade financeira do estado. Isso é tão importante que tem até uma sigla: **AFE**.

A AFE contempla a origem dos recursos públicos (receita pública), sua aplicação (**despesa pública**) e, por fim, o resultado desse exercício: a **dívida pública**. A gestão desses elementos tem como ferramentas o **orçamento público** e no **crédito público**.

A Atividade Financeira do Estado contempla:

Receita Pública;
Despesa Pública;
Orçamento Público;
Crédito Público;
Dívida Pública.

Para executar sua atividade financeira, o Estado determina **políticas econômicas**.

Esse é um assunto tão importante que merece um tópico à parte, lembrando apenas que ainda estamos falando da abrangência da disciplina **Finanças Públicas**.

As principais classificações políticas econômicas são quanto aos **instrumentos** e quanto ao **objetivo**. Deixaremos para falar dos objetivos em tópico próprio.

Vamos ver, agora, os principais tipos de políticas econômicas, de acordo com os instrumentos utilizados pelo Estado.

1.2.1 Política Fiscal

O governo tem influência significativa na economia, pois participa ativamente dos mercados. O gasto do governo, por exemplo, é um componente relevante da demanda agregada. Em outras palavras, o governo consome, e muito!

Por isso a forma como o governo gasta pode causar grande impacto no mercado. Os tributos que ele cobra, por outro lado, geram influência indireta, pois aumentam ou diminuem a renda disponível das famílias para consumo.

A política fiscal consiste nas decisões e ações relacionadas aos gastos e arrecadações do governo, que a utiliza para alterar no nível de produto da economia.
No Brasil, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é responsável por sua administração no âmbito federal, mas os estados e municípios também são agentes da política fiscal.

Os gastos podem ainda ser divididos em **despesas** e **transferências**. A diferença é que estas não têm contrapartida, enquanto aquelas resultam no recebimento, pelo governo, de um bem ou serviço.

Portanto, os instrumentos da política fiscal são: gastos do governo, transferência e tributação. A execução da política fiscal se dá por meio do orçamento do governo, que consiste na combinação desses três instrumentos.

Política fiscal expansionista e contracionista

Quando o governo **aumenta seus gastos (G)** ou **reduz a tributação (T)**, dizemos que ele está adotando uma **política fiscal expansionista**. Simetricamente, quando o governo **diminui seus gastos** ou **aumenta a tributação**, estamos diante de uma **política fiscal restritiva** – também chamada *contracionista*.

Contudo, trata-se de uma análise dinâmica. Em outras palavras, para dizermos que o governo está adotando essa ou aquela política, comparamos dois momentos, e a variação dos gastos ou da tributação entre eles.

A tabela a seguir relaciona alguns exemplos de políticas fiscais restritivas e expansionistas:

Políticas Fiscais	
Expansionistas	**Restritivas**
➲ Aumento no valor do Bolsa Família (↑G: transferências); ➲ Aumento dos subsídios dos servidores públicos federais (↑G: despesas); ➲ Construção de uma nova sede do Banco Central em Salvador (↑G: despesas); ➲ Redução da alíquota do Imposto de Renda (↓T: impostos); ➲ Isenção de IPI de eletrodomésticos (↓T: impostos).	➲ Recriação da CPMF (↑T: impostos); ➲ Fechamento de delegacias da Receita Federal (↓G: despesas); ➲ Aumento de idade mínima para aposentaria (↓G: transferências); ➲ Redução de créditos subsidiados ao agricultor (↓G: transferências); ➲ Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (↑T: impostos).

Do ponto de vista econômico, as políticas fiscais expansionistas são adotadas quando o governo deseja aumentar a demanda agregada – daí o nome expansionista. Naturalmente, isso só deveria ocorrer em momentos de demanda reprimida, ou seja, quando a demanda efetiva é inferior à oferta potencial, e a economia opera abaixo de sua capacidade.

A adoção de política fiscal expansionistas em momentos de economia aquecida, quando a demanda já é alta, causa inflação, pois o governo adiciona sua própria demanda à pressão de preços.

O contrário também é válido: a política fiscal restritiva deve ser adotada em momento de superaquecimento da economia, de forma a aliviar a pressão inflacionária. Sua utilização em momentos de baixa atividade econômica tende a agravar a recessão ou comprometer o crescimento da economia.

1.2.2 Política Monetária

Aqui estamos falando da **oferta de moeda** na economia.

A tarefa consiste basicamente em garantir que a quantidade de moeda circulando na economia seja compatível com a demanda de moeda para as transações no lado real, ou seja, para que a compra e venda de bens e serviços ocorra. O excesso de moeda pode provocar inflação, e a escassez pode desestimular a economia.

Ou seja, a política monetária consiste na regulação da quantidade de moeda circulando na economia. No Brasil, ela é formulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN, chamamos de "Cemenê"), e executada pelo Banco Central do Brasil, que detém a competência exclusiva de emissão de moeda.

O principal objetivo pelo qual o Estado faz uso da política monetária deve ser o bem-estar da sociedade. Mas não é isso que vai cair na sua prova. O que pode cair são os objetivos de acordo com duas abordagens: a monetarista e a keynesiana.

De acordo com os keynesianos, a política monetária pode influenciar o nível de atividade e a renda da economia, ainda que apenas no curto prazo. Dessa forma, a política monetária expansionista pode ser utilizada para aumentar a demanda agregada em momento de pouca atividade, enquanto a política monetária restritiva pode diminuir o consumo, reduzindo pressões inflacionárias.

Os monetaristas, por outro lado, defendem que o papel da política monetária deve ser limitado ao objetivo de garantir que a quantidade de meios de pagamento seja suficientemente para atender ao volume de transações do mercado real. O Banco Central do Brasil adota, em sua missão, a ótica monetarista, ao perseguir a "estabilidade do poder de compra da moeda".

1.2.2.1 Instrumentos da Política Monetária

Os principais instrumentos da política monetária são três: as **taxas de redesconto**, a **taxa de depósitos compulsórios** e as **operações no mercado aberto**. Existem outros, como você verá adiante, mas esses são os instrumentos clássicos, cuja presença nas provas é mais frequente, e sob os quais o Banco Central detém controle direto.

1.2.2.1.1 Redesconto

O Banco Central é o banco dos bancos. O redesconto é uma linha de crédito a qual os bancos podem recorrer caso precisem de dinheiro. A taxa de redesconto é os juros que os bancos devem pagar ao Bacen caso tomem emprestado algum valor.

Quanto menores forem as taxas de redesconto, mais dispostos os bancos ficam a emprestar ao público e, portanto, mais eles emprestam, expandindo os meios de pagamento.

Eles também recebem o nome de **empréstimos de liquidez**.

Na prática, os redescontos não são muito utilizados como instrumento de política monetária por dois motivos: (1) o Banco Central não tem garantias de que os bancos reagirão às mudanças nas taxas de redesconto conforme ele espera, expandindo ou contraindo a oferta monetária e; (2) ainda que a reação ocorra, ela pode demorar, tornando esse instrumento pouco eficiente em comparação aos demais.

Mas ele cai na prova, e se a questão falar que reduzir a taxa de redesconto é uma política monetária expansionista, pode marcar como certo. Se a questão comparar esse instrumento com os demais, dizendo que ele é mais eficiente, pode marcar como errado.

1.2.2.1.2 Compulsórios

Sempre que você, cliente do banco X, realiza um depósito em sua conta, o banco X precisa depositar uma parte desse dinheiro no Banco Central. O resto ele pode emprestar aos outros clientes.

Quanto maior for a alíquota (%) do compulsório, menor será a oferta monetária, pois os bancos terão menos dinheiro disponível para emprestar.

Como instrumento de política monetária, sua eficiência é maior quando o objetivo é restringir a oferta monetária, já que a expansão da oferta monetária, ainda que o Bacen reduza o compulsório, dependerá do apetite dos bancos em emprestar.

Note ainda que há duas formas de utilizar os depósitos compulsórios como instrumento de política monetária: o aumento da exigência, e o aumento da remuneração, ou seja, o aumento dos juros que remuneram esses depósitos, levando os bancos a recolherem maiores valores de forma espontânea. Claro que esta última hipótese trata de depósitos voluntários, mas achei melhor explicar aqui pela estrita relação com os compulsórios.

1.2.2.1.3 Mercado Aberto (*Open Market*)

> Atualmente, a dívida pública federal interna acumula um saldo de aproximadamente **R$3,7 trilhões**. Os credores dessa dívida são os detentores de títulos públicos: bancos, fundos, empresas, pessoas físicas etc.
>
> Quando o Banco Central quer colocar mais dinheiro na economia, ele compra esses títulos. Por outro lado, quando deseja enxugar a liquidez, o Banco Central vende os títulos públicos dos quais é detentor.

O Banco Central, o Conselho Monetário Nacional, e o governo dispõem de outras formas para regular a quantidade de moeda na economia. O termo "instrumentos" está entre aspas, pois a principal finalidade destas ações não é a execução da política monetária, embora tenham reflexos nesse sentido.

- **Reservas internacionais**: moeda estrangeira (dólares, euros, libras etc.) não são meios de pagamento. O Banco Central é o responsável pela administração das reservas

internacionais, e toda vez que ele compra moeda estrangeira dos exportadores, como ele entrega reais em troca, a oferta monetária aumenta. O contrário também se observa.

- **Política e regulação do crédito**: o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central normatizam e regulam as atividades das instituições financeiras, respectivamente. A regulamentação do crédito consignado e a criação do SCR são ações que aumentam os incentivos aos bancos para emprestar e, assim, aumentam a oferta monetária.
- **Emissão de moeda**: a própria emissão de moeda aumenta a oferta de moeda. Não há muito que comentar aqui.
- **Juros**: os juros são o preço do dinheiro. Portanto, quanto maior forem os juros da economia, menor é a demanda por moeda, já que ela fica mais cara. Além disso, com os juros altos as empresas tendem a investirem menos, o que reduz a demanda agregada. Portanto, os juros incidem principalmente sobre a demanda agregada, e não sobre a oferta de moeda. Tenha em mente que juros e demanda agregada estão negativamente relacionados.

Política monetária expansionista X Política monetária contracionista

Quando o Banco Central **aumenta a oferta monetária**, dizemos que ele está adotando uma **política monetária expansionista**. O contrário ocorre quando o Bacen **diminui a oferta monetária**: a **política monetária é restritiva**.

A essa altura seu raciocínio já está bastante avançado, de forma que vamos apenas dar alguns exemplos para consolidarmos a compreensão desse assunto:

Políticas Monetárias



Expansionistas

- Compra, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto;
- Redução da taxa de redesconto;
- Aumento dos redescontos (notou a diferença em relação ao item acima?);
- Emissão de moeda;
- Diminuição das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios;
- Compra, pelo Banco Central, de moeda estrangeira de exportadores brasileiros.
- Aumento da segurança dos bancos por meio de normatização de garantias.



Restritivas

- Venda, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto;
- Aumento da taxa de redesconto;
- Redução dos redescontos;
- Aumento das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios;
- Venda, pelo Banco Central, de moeda estrangeira aos importadores brasileiros.
- Aumento das exigências a serem cumpridas pelos bancos, como direcionamento do crédito.

Como vimos, a adoção de políticas monetárias expansionistas pode ter por objetivo o aumento da demanda agregada, enquanto as políticas monetárias restritivas podem focar em reduzir o consumo.

1.2.3 Política Cambial

Em uma economia aberta, que realiza transações com o resto do mundo, há oferta e demanda por moeda estrangeira. Em determinados momentos, o governo pode deixar a taxa de câmbio ser definida livremente pelo mercado, sob o regime denominado flutuante.

Contudo, por vezes, o governo busca determinada taxa de câmbio para atingir determinados objetivos. Nesse caso, temos o câmbio fixo.

A **taxa de câmbio nominal** (e) é o preço de uma moeda estrangeira medido em moeda nacional. No Brasil, é mais comum medirmos o preço do dólar americano em reais. Dessa forma, quando o Banco Central divulga que a taxa de câmbio é de 3, significa precisamos de 3 reais para comprar 1 dólar. Em outras palavras, a taxa de câmbio nominal mostra o **preço relativo** entre duas moedas.

Se a taxa aumentar para 4, dizemos que a **taxa de câmbio se elevou**, e isso é o mesmo que dizer que houve **desvalorização da moeda nacional**, pois agora precisamos de mais reais para comprar o mesmo dólar.

No Brasil, usamos a chamado **cotação direta,** também chamada **convenção do incerto**: medimos quanto de nossa moeda é necessário para adquirir uma unidade da moeda estrangeira. Dizemos que U$1 custa R$3.

Se adotássemos o **método indireto**, ou **convenção do certo**, diríamos que R$1 compra U$0,33. Dá no mesmo, mas é um pouco inconveniente lidar com valores fracionários. Por isso, países com moeda forte (EUA, Inglaterra e países da zona do euro) adotam a convenção do certo, enquanto os demais adoram a convenção do incerto.

RESUMINDO

CONVENÇÃO DO CERTO	CONVENÇÃO DO INCERTO
Indica quanto vale a moeda doméstica em termos de moeda estrangeira.	Indica o preço de uma moeda estrangeira em unidades da moeda nacional
R$1,00 = U$0,33	**U$1,00 = R$3,00**
R$1,00 = €0,29	**€1,00 = R$3,50**
R$1,00 = £0,25	**£1,00 = R$4,00**

Adotado em países de moeda forte: EUA (dólar), Inglaterra (libras) e Zona do Euro (euro).	Adotado nos demais países, inclusive no Brasil.

Como utilizamos a convenção do incerto para medir o preço do real em relação a todas as outras moedas, quando a taxa de câmbio se eleva, a moeda nacional sofre desvalorização em relação à moeda estrangeira em questão. Isso é **muito importante**, e você não pode confundir!



VALORIZAÇÃO, APRECIAÇÃO E AUMENTO X **DESVALORIZAÇÃO, DEPRECIAÇÃO E QUEDA**

É muito importante que os termos acima tenham seu uso bastante claro para você, para não errar questões por "bobeira".

Então acompanhe o exemplo. Imagine que ontem a taxa de câmbio era R$3 (três reais por dólar). Se hoje a taxa está em R$4/U$, diz-se que **a taxa aumentou** e **a moeda doméstica desvalorizou**.

Até aí tranquilo. Mas também se diz, nesse mesmo caso, que **a taxa desvalorizou** ou o **câmbio desvalorizou**.

Pode parecer pouco intuitivo, mas pense sempre do ponto de vista de quem tem a moeda doméstica: para nós, que temos reais, a taxa de câmbio R$4/U$ vale menos do que a taxa de câmbio de R$3/U$, então dizemos que a taxa desvalorizou.

Também sempre podemos substituir **desvalorizou** por **depreciou**.

Na tentativa de usar sua memória visual para reforçar esses conceitos, peço que leia o quadro a seguir. Quantas vezes puder.

Sei bem como isso pode ficar confuso algumas vezes.



Aumento da taxa de câmbio = **Desvalorização** da taxa de câmbio = **Depreciação** da taxa de câmbio = **Desvalorização** da moeda doméstica	**Queda** da taxa de câmbio = **Valorização** da taxa de câmbio = **Apreciação** da taxa de câmbio = **Valorização** da moeda doméstica

IMPORTANTE: apreciação e valorização da taxa de câmbio significam a mesma coisa em termos práticos, ou seja, significam valorização da moeda doméstica em relação à moeda estrangeira. Mas em termos conceituais, **apreciação** ocorre como resultado das forças de oferta e demanda de mercado, enquanto **valorização** ocorre como resultado da atuação do governo e do Banco Central. O mesmo vale para **depreciação** e **desvalorização**. Essa diferença ficará mais clara quando vermos **regimes cambiais.**

1.2.4 Política Comercial

É o conjunto de diretrizes e normas que o país adota em suas relações comerciais com outros países. Por exemplo, o governo pode proteger sua indústria aplicando ou elevando tarifas para importação de produtos.

1.2.4.1 Tipos e instrumentos da política comercial

Tais medidas restritivas de política comercial são de dois tipos:

- **Barreiras tarifárias**: implicam no aumento da tributação incidente sobre as transações internacionais, ou seja, sobre o comércio exterior. Um exemplo é o imposto de importação, que se manifesta como desestímulo ao aumentar os custos dos bens estrangeiros.

- **Barreiras não tarifárias**: além de serem definidas residualmente, ou seja, de serem aquelas que não se enquadram como tarifárias, podemos resumir como barreiras não financeiras, legais ou administrativas. Temos como exemplo barreiras sanitárias ambientais e técnicas.

1.3 Objetivos (Falhas de Mercado)

A Constituição Federal define alguns objetivos da chamada ordem econômica, que devem ser perseguidos pelo Estado, em seu Artigo 170 (não anote ainda):

> Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
> I - soberania nacional;
> II - propriedade privada;
> III - função social da propriedade;
> IV - livre concorrência;
> V - defesa do consumidor;
> VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
> VII - redução das desigualdades regionais e sociais;
> VIII - busca do pleno emprego;
> IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
> Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Do ponto de vista da disciplina Finanças Públicas, podemos resumir e definir que seus objetivos são:

- Fornecer bens públicos;
- Reduzir externalidades negativas;
- Reduzir assimetrias de informações;

Iremos definir e detalhar cada um desses termos, mas todos eles são decorrentes de falhas de mercado. Portanto, podemos resumir que:

O objetivo da Economia do Setor Público é compreender e corrigir **falhas de mercado**.

Falhas de Mercado são a causa de ineficiência dos mercados. Em outras palavras: na presença de falhas, o mercado não consegue, sem ajuda, atingir uma situação ótima, na qual a sociedade obtém o maior nível de bem-estar possível.

As falhas podem assumir diversos tipos, dos quais são destaques nas provas: bens públicos, externalidades (positivas e negativas) e informações assimétricas (com destaque para o risco moral e a seleção adversa).

1.3.1 Bens Públicos

Os bens públicos são aqueles bens **não rivais** e **não exclusivos**. Isso significa que os bens públicos são **não rivais** e **não exclusivos**. **Não rivais** e **não exclusivos.** Só não vou repetir mais ainda porque quero te pedir para reler esse parágrafo….

Pronto?

Então vamos entender os motivos que tornam essas características tão importantes.

Pense no seu celular. Ele é rival e exclusivo. **Rival,** pois o fato de você ter adquirido ele impede que outra pessoa adquira o mesmo aparelho. **Exclusivo** porque o vendedor pôde **excluir** todos aqueles que não estavam dispostos a pagar o preço pelo aparelho. Os bens públicos não são assim: a bela queima de fogos pelas cidades brasileiras na virada de ano, por exemplo, é **não rival**, posto que o fato de você desfrutar os prazeres visuais não impede que eu também o faça; e **não exclusivo**, pois não é possível, para o organizador, excluir as pessoas que desejem assistir ao show.

A não exclusividade também acarreta o problema chamado de caronas, ou *free riders*, que são os indivíduos que desfrutam dos bens sem contribuir para isso. Por exemplo: morei em um bairro residencial onde um guarda fazia rondas noturnas, cobrando R$30 por casa a cada mês. Contudo, como ninguém é obrigado a aderir, e como todos se beneficiam do serviço, pagando ou não, muitos vizinhos simplesmente não pagavam. Por isso a Polícia e a Justiça são financiadas por impostos.



CUSTO MARGINAL DA OFERTA DE BENS PÚBLICOS

O **custo marginal** é o **custo de produzir e ofertar uma unidade adicional de um bem**.
Para ofertar uma unidade adicional de pão, o custo marginal é o custo da farinha, do fermento, da água, do trabalho. Mas pão não é um bem público.

Nesse sentido, qual é o custo marginal de um parque público? Qual é o custo marginal da segurança pública? Para os bens públicos, quando nasce uma pessoa, não há aumento relevante no custo de segurança. Quando você decide caminhar no parque, o aumento nos custos em manter esse parque é ínfimo.

Para todos os efeitos, **o custo marginal dos bens públicos pode ser considerado zero**.

Também por isso a iniciativa privada não costuma se interessar em oferecer os bens públicos, cabendo ao governo esse papel. São exemplos de bens públicos: a limpeza das ruas, dos rios e do ar; a segurança nacional (forças armadas, Polícia Federal e inteligência); os museus; os parques; a solidez e eficiência do sistema financeiro; o poder de compra da moeda.

Até aqui, falamos dos **bens públicos puros**, que têm por características a não exclusividade e a não rivalidade. Os bens privados são aqueles que são exclusivos e rivais (como seu celular). No meio do caminho entre esses dois, temos os bens **semipúblicos**, também chamados de **meritórios**.

Esses bens são **não rivais**, como os bens públicos, mas são **sim exclusivos**, como os bens privados. Quer dizer que o consumo dos bens meritórios por uma pessoa não impede que outra também o consuma, mas é possível excluir indivíduos. O melhor exemplo, que inclusive dá nome ao tipo de bens, são as universidades, que favorecem o mérito ao permitir o ingresso somente de quem passar no vestibular.

Perceba que os bens meritórios também costumam ser interessantes para o setor privado ofertar, como é o caso do próprio ensino, e da saúde.

E para terminar, existem os bens rivais e não exclusivos: são os chamados **bens comuns**, dos quais os peixes no mar são o melhor exemplo, posto que a pesca por uma pessoa impede a pesca por outra, contudo não é possível impedir (em regra) que um indivíduo pesque.

1.3.2 Externalidades

As externalidades são os efeitos que as ações de um indivíduo (ou grupo) têm sobre os demais. Elas podem ser **positivas**, quando as ações do indivíduo trazem benefícios aos demais, ou **negativas**, caso contrário. A poluição que uma fábrica lança ao ar é um exemplo clássico de externalidade negativa, enquanto a limpeza residencial, que tem por consequência eliminação do famigerado Aedes.

Aí que entra o governo: estimulando as externalidades positivas e coibindo as negativas.

1.3.3 Assimetria de Informações

As informações assimétricas ocorrem quando uma das partes de uma transação possui informações que a outra parte não tem. Ela está presente em muitas relações de consume: quando você compra um carro usado e o vendedor esconde defeitos, quando você compra um alimento industrializado sem saber as substâncias nocivas em sua composição, quando você assina sua internet banda larga sem perceber que a conexão raramente tem a velocidade contratada.

O papel do governo é, então, diminuir essa assimetria dando à parte mais "fraca", geralmente o consumidor, direitos de obter as informações que precisar para tomar sua decisão de consume.

É importante notar que as assimetrias de informação assumem duas modalidades mais cobradas: o **risco moral** e a **seleção adversa**.

O conceito de risco moral (em inglês, *moral hazard*) está presente quando existe a possibilidade e uma das partes alterar seu comportamento, de forma prejudicial à outra. O melhor exemplo é o seguro de automóvel. Antes de adquirir o seguro, o motorista toma todas as precauções do mundo: dirige com cuidado, para o carro em estacionamentos para não ser roubado etc. Depois

de comprar o seguro, existe o risco de essas precauções serem abandonadas, em prejuízo da seguradora.

Ainda dentro do conceito de risco-moral, há o subtipo do problema **agente-principal**, que consiste no risco do agente, designado pelo principal para determinado objetivo, agir em benefício próprio, em detrimento dos interesses do principal.

Já a **seleção adversa** está relacionada à escolha acidental daquilo que é justamente o contrário do que se pretendia. Esse risco está presente nos bancos, que cobram taxas altas por seus empréstimos como forma de cobrir eventuais inadimplências de alguns clientes. Contudo, os bons pagadores podem ser repelidos pelas taxas altas, enquanto péssimos pagadores sem intenção nenhuma de honrar seus empréstimos não se importarão com taxas altas.

1.4 Metas

Metas nada mais são do que objetivos quantificados.

Por exemplo, seu **objetivo** pode ser "passar na prova**"**, mas sua **meta** pode ser tirar pelo menos 90% dos pontos possíveis.

No que tange às metas das Finanças Públicas, elas podem ser diversos objetivos quantificados relativos às políticas econômicas.

Um exemplo de meta da política fiscal é o superávit primário, enquanto a política monetária tem a meta de inflação.

Ao estabelecer metas, o governo deixa claro como os objetivos da política econômica serão perseguidos, além de proporcionar uma forma de mensurar o sucesso obtido.

Dessa forma, a sociedade passa a contar com maior previsibilidade sobre os rumos da economia, o que traz estabilidade para o sistema como um todo.

2 Funções do Estado

Embora diferentes posições políticas e econômicas divirjam sobre o papel do Estado, mesmo a corrente liberal reconhece que existem papéis que o mercado não é capaz de cumprir.

Dessa forma, o que aprenderemos aqui é pacífico, para fins de prova. Começando pela evolução nas funções do Estado – ou do governo.

A despeito das diferenças técnicas entre as terminologias governo e Estado, especialmente no Direito, em Finanças Públicas são tratados praticamente como sinônimos.

2.1 Visão clássica das funções do Estado

A visão clássica das funções do Estado na economia tem como grande nome **Adam Smith**, filósofo e economista britânico que defendia que a intervenção do Estado na economia deveria ser mínima.

Essa corrente de pensamento é conhecida pelo termo ***laissez-faire*** (deixe fazer), indicando que o melhor que os governantes poderiam fazer é não atrapalhar a iniciativa privada, pois as forças naturais do mercado agiriam como uma **mão invisível** corrigindo distorções, promovendo eficiência e distribuindo bem-estar.

Mas note bem: Adam Smith e os clássicos não defendem que o ser humano e a sociedade são seres de luz que se esforçam para o bem comum e do próximo; o cerne do pensamento é que com cada indivíduo e empresa buscando seus interesses egoístas, o saldo seria positivo para a sociedade como um todo.

Por exemplo: as empresas buscariam lucros, é claro, mas só poderiam obtê-los se fossem capazes de servir aos interesses do consumidor, que por sua vez só conseguiria uma boa renda ao se capacitar e, dessa forma, atender aos interesses das empresas. Como num ciclo virtuoso de eficiência.

A visão clássica delimita que o Estado deveria exercer apenas as seguintes funções: **Defesa Nacional** e **Justiça**.

Mas por que a mão invisível não poderia resolver essa também?

Bom, os próprios clássicos admitiam que os tais interesses egoístas dos agentes podiam, em suas versões exacerbadas, ou seja, violando o direito alheio, provocar danos aos demais indivíduos. Nesse caso, caberia ao Estado prover e garantir a justiça interna e proteger os interesses da nação frente outros Estados.

2.2 Evolução das funções do Estado.

No final dos anos 1890, o papel do governo em economias capitalistas começou a aumentar, primeiro em decorrência de monopólios e cartéis (oligopólios coordenados) que haviam surgido, especialmente nos Estados Unidos, onde essas empresas tinham poder de fixar seus preços muito acima dos níveis que proporcionariam bem-estar ao consumidor.

Essa forte concentração da oferta nas mãos de poucas empresas, além de prejudicar o consumidor, concentrava a renda, colocando em dúvida a atuação da "mão invisível", levando o governo norte-americano a proibir monopólios na indústria, bem como a formação de cartéis para fixação de preços.

Mas o fato que realmente legitimou maior atuação do governo na economia foi a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 e a Grande Depressão dos anos 1930, quando o mundo mergulhou na sua maior recessão da história moderna, com altíssimos níveis de desemprego.

Nesse contexto, em 1936, outro grande nome da economia ganhou notoriedade: John Maynard **Keynes**. Ele defendia uma intervenção direta do governo na economia, inclusive por meio do aumento dos gastos públicos em momentos de recessão, além da regulamentação dos mercados.

De acordo com Keynes, o mercado não poderia, sozinho: distribuir a renda de forma justa; prover os bens e serviços de que a sociedade precisa, no valor justo e no local onde ela precisa; evitar grandes solavancos na economia.

As funções básicas do governo na economia têm relação com a correção ou, ao menos, mitigação das falhas de mercado, situações nas quais as forças mercadológicas não conseguem, sozinhas, gerar eficiência.

São três principais funções mais aceitas atualmente, que recebem os nomes de: função alocativa, função distributiva e função estabilizadora. Toda a intervenção do Estado na economia é baseada nas funções básicas.

Funções do governo na economia
Distributiva
Alocativa
Estabilizadora

Naturalmente, devemos aprofundar cada uma dessas funções, pois **este é o assunto mais recorrente em provas que veremos nesta aula**. Muito bem! Agora, vamos às 3 funções.

2.3 Função Distributiva

O governo deve buscar distribuição justa, sob o ponto de vista da sociedade, da renda.

A renda é aquilo que os agentes pagam em troca do uso dos fatores de produção capital, trabalho e terra. Contudo, a distribuição entre esses fatores pode ser considerada injusta, especialmente no que tange ao trabalho, que é o fator que os trabalhadores "vendem" no mercado, enquanto capital e terra pertencem aos empresários ou ao governo.

A função distributiva é relacionada à redução das diferenças econômicas e sociais da população. Grosso modo, o governo exerce essa função sempre que, de alguma forma, favorece as camadas mais carentes da população, em detrimento ou não das mais ricas.

Os instrumentos utilizados nessa função são:

- **Transferências**;
- **Impostos (tributação)**;

- **Subsídios**.

É por meio da combinação desses instrumentos que o governo pode distribuir a renda. Ele pode, por exemplo, **tributar** mais as classes de renda mais alta, e depois **transferir** esses recursos diretamente para as camadas mais pobres da sociedade. Em vez de transferir, também é possível **subsidiar** a população mais carente, ao pagar uma parte dos bens adquiridos por essa camada da sociedade.

O exemplo mais claro em nossa economia é o programa Bolsa Família, que é uma política de redistribuição de renda. Contudo, há diversos outros exemplos: o subsídio habitacional do Minha Casa, Minha Vida, o programa Fome Zero, as alíquotas progressivas do imposto de renda (a alíquota do imposto aumenta conforme aumenta a renda tributada).

A **assistência social** é outra clara manifestação da função distributiva, uma vez que trata justamente de garantir condições mínimas para aqueles mais necessidades e/ou incapazes de prover as necessidades mais básicas para si mesmos e suas famílias.

O mesmo pode ser dito da **previdência social**, que é um mecanismo público de proteção social e subsistência proporcionados mediante contribuição do segurado e de empresas.

Ah! Algumas vezes essa função é chamada de Redistributiva, com "R", de Robin Hood, o personagem fictício que tirava dos ricos para entregar aos pobres.

2.4 Função Alocativa

A função alocativa consiste, basicamente, na **regulação ou fornecimento de bens públicos** ou **semipúblicos** (como saúde e educação).

Devido às suas características de não rivalidade e não exclusividade, o que torna seu fornecimento para a sociedade algo que não atrai as empresas. Que firma estaria interessada em fornecer bens ou serviços pelos quais ela não é capaz de cobrar, de forma minimamente eficiente, dos consumidores?

Cabe, portanto, ao governo:

1. Determinar quais bens públicos serão ofertados, para quem, e em qual quantidade;
2. Determinar quem pagará por eles.

O item 1 tem grande dependência do processo político, pelo qual a sociedade manifesta, por meio de eleições e manifestações, quais bens públicos ela está "demandando".

Já o item 2, determinar quem pagará pelos bens públicos, é um problema particular desses tipos de bens, decorrente de sua não rivalidade e não exclusividade. O problema surge pois não é possível, como ocorre no mercado, fazer com que o consumidor dos bens públicos manifeste qual valor está disposto a pagar pelo bem público, bem como não é possível impedir que indivíduos desfrutem dos bens públicos sem pagar nada por eles, ao que se dá o nome de

problema do carona, que já conhecemos, mas veremos agora sob o ponto de vista da função alocativa.

Problema do Carona (*Free Rider*)

"O carona" é o indivíduo que desfruta de um bem, recebendo seus benefícios, sem pagar nada por isso.

O problema surge da **não exclusividade** no caso de bens públicos, ou de externalidades positivas.

Como exemplo, podemos citar um show de fogos de artifício, a iluminação pública, asfaltamento, ou qualquer bem público que você possa imaginar.

A forma de resolver o problema do carona é **tornar compulsório o pagamento pelos bens públicos**, o que o governo faz por meio de **taxas** ou outros tipos de tributos.

Essa função de alocação dos recursos se manifesta, também, sempre que o governo "tira" recursos de um lugar para colocar em outro, de forma a aumentar a eficiência de sua utilização. Um bom exemplo é a transposição de um rio para favorecer comunidades.

Portanto, a função alocativa do governo consiste em complementar a ação do mercado, quando ele falha, no que diz respeito à maneira como os recursos são utilizados, ou melhor, à alocação dos recursos na economia de forma eficiente, quando o mercado não consegue alcançar esse resultado sozinho.

A função alocativa busca a eficiência do mercado.

Perceba que o governo tem três formas de cumprir essa função: **produzindo**, **financiando** ou **regulando**.

2.4.1 Estado produtor, financiador e regulador

Como mencionado há pouco, para buscar a oferta de bens públicos e corrigir essa falha de mercado, o Estado pode atuar como:

- **Estado produtor**: produzindo diretamente bens e serviços à sociedade.
- **Estado financiador**: fornecendo recursos financeiros, como empréstimos ou subsídios, para que o mercado atue de forma mais eficiente.
- **Estado regulador:** controlando as atividades econômicas, por meio de normatização e fiscalização.

Embora não sejam excludentes, ou seja, o Estado desempenhe todos os papéis ao mesmo tempo, a Economia Brasileira é marcada por períodos nos quais prevaleceu uma ou outra forma de atuação – de maneira mais evidente – e conhecer essas passagens da nossa história econômica recente pode ser bastante elucidativo.

Começando pelo papel de **produtor**, caracterizado pela forte presença de empresas de propriedade do Estado – as estatais – e por sua criação, algo muito claro durante os anos pós-guerra, contemplando os governos de Dutra, Vargas e JK. Nesse período foram criadas empresas como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, notáveis exploradoras de atividade econômica.

O Estado **financiador**, por outro lado, não é muito recorrente em provas e na literatura brasileira, mas é possível identificar esse papel a partir de 1964, com ampliação do crédito ao setor privado promovida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Habitação. Até a década de 1980, conhecida pela crise da dívida, esse papel foi bastante intenso, dada a dificuldade de obter financiamento privado, especialmente de longo prazo.

Por fim, o papel de **regulador** é considerado uma evolução da atuação do governo. Ele se manifesta quando o Estado intervém limitando as liberdades dos agentes econômicos por meio de normas e fiscalização de seu cumprimento, com o objetivo de aumentar a eficiência econômica e o bem-estar da sociedade.

Quando o **Estado** age como regulador, ele permanece como **titular**, mas o **setor privado** é quem **executa** a atividade ou serviço público, cumprindo as exigências legais e regulamentares.

Portanto, passa-se de uma visão na qual o governo buscava universalizar para a sociedade, de forma direta, o acesso a bens e serviços, para uma na qual o Estado concede essa prerrogativa à iniciativa privada, limitando-se, ao máximo, a **regular** essas atividades de interesse econômico e social.

Isso passa pela **liberação de atividades executadas pelo Estado**, em regime monopolista, por meio de **privatizações** e **concessões**, a fim de propiciar a competição pelas empresas privadas, desde que haja **racionalidade econômica** nessa medida.

Concessão X Privatização

A **concessão** ocorre quando o Estado transfere a uma empresa, por tempo determinado, o direito de explorar alguma atividade de responsabilidade do governo, junto com as obrigações e responsabilidades relacionadas. O exemplo mais comum são as rodovias concedidas a empresas privadas pelos governos estaduais. As concessionárias têm direito de cobrar pedágio, mas não são donas da rodovia, e também precisam mantê-la em boas condições de uso.

Em uma **privatização**, por outro lado, ocorre a venda definitiva, ou seja, é uma alienação de algo que pertencia ao Estado para a iniciativa privada, algo que acontece quando uma empresa pública ou sociedade de economia mista é vendida.

Essa regulação se dá por meio da elaboração de normas, repressão de abuso do poder econômico e controle da iniciativa privada (preços, quantidades e qualidades), e tem por principais objetivos:

- Bem-estar dos consumidores;
- Eficiência produtiva e alocativa (produção de bens públicos, como segurança);
- Distribuição socialmente justa da renda;
- Redução de externalidades negativas (como poluição de diversos tipos);

Portanto, apesar de atuar de forma mais indireta, o Estado Regulador **regulamenta e fiscaliza** a atuação dos agentes da iniciativa privada, com a intenção de atingir os objetivos de interesse coletivo. Em resumo, a ideia de Estado Regulador diz respeito ao Estado que faz uso de dispositivos de **regulação econômica**, principalmente por meio de suas **agências reguladoras**.

O Estado Regulador também busca reduzir abusos do poder econômico, especialmente ao fomentar a concorrência e competição entre empresas em setores do mercado, quando elas se mostram insuficientes.

Portanto, a atuação dessas agências ou outros agentes reguladores (como CADE, Banco Central, CVM) do Estado devem pautar-se nos interesses públicos, mas, para tanto, é preciso tomar precauções contra incentivos que podem desviá-los desses objetivos, como veremos a seguir.

Para fechar o assunto, observe que o Estado brasileiro atua das três formas, assim como a maioria dos estados contemporâneos. Contudo, mesmo em países com forte presença estatal, observa-se a tendência de diminuição das atividades produtora e financiadora, com aumento da regulação.

2.5 Função Estabilizadora

Pode-se afirmar que a função estabilizadora consiste em proporcionar à economia **crescimento**, **alto índice de emprego** e **preços estáveis**.

De forma geral, ao longo do tempo o PIB varia bastante. Cresce, cresce pouco, cresce muito, despenca, decola, afunda...

E não é apenas o PIB que varia desse jeito. A inflação, o desemprego, a balança comercial, a taxa de câmbio, e vários outros indicadores econômicos variam ao longo do tempo, e cada mergulho provoca prejuízos à sociedade.

Mas não é apenas a degradação dos indicadores que afeta negativamente a população. A própria instabilidade é prejudicial: os agentes ficam inseguros em investir em países cujas economias parecem montanhas-russas.

Essa função ganhou força depois do maior mergulho que a economia mundial moderna já viu: a Grande Depressão (1929). Percebeu-se que o mercado não era capaz, pelo menos no curto prazo, de evitar grandes distorções e desequilíbrios.

Cabe, portanto, ao governo buscar atenuar os chamados ciclos econômicos e as oscilações, usando as políticas econômicas (fiscal, monetária e cambial) para tanto.

Por exemplo: ao notar queda na atividade econômica, o governo pode adotar a política fiscal expansionista, aumentando seus gastos para tentar reaquecer a economia.

Um aumento da inflação, por outro lado, pode ser combatido com a política monetária contracionista: com menos moeda circulando, os produtores têm menos incentivos para subir os preços de seus produtos.

O aumento da taxa de câmbio (se indesejado) pode ser combatido com a política cambial. Pensando no dólar como um produto qualquer, é natural que seu preço suba quando a demanda por dólares supera a oferta de dólares disponíveis no país.

Nesse caso, o Banco Central pode entrar no mercado vendendo volumes expressivos de dólar, aumentando assim a oferta e pressionando o preço da moeda estrangeira para baixo.

QUESTÕES COMENTADAS

1. (2015/CEBRASPE-CESPE/TCE-RN/Inspetor de Controle Externo)

Acerca de finanças públicas e orçamento, julgue o item a seguir.

A atuação do governo nas modernas economias capitalistas deve restringir-se à promoção de ajustamentos na alocação de recursos e na distribuição de renda.

Comentários:

A questão falou de duas funções do governo: alocativa e distributiva. Entretanto, afirma que a atuação do governo deve se limitar a elas, quando, na verdade, há certo consenso quanto à necessidade de também desempenhar a função estabilizadora.

Gabarito: Errado

2. (2016/CEBRASPE-CESPE/FUNPRESP/Analista de Investimentos)

Acerca das políticas fiscal e monetária, julgue o item a seguir.

Ao aumentar o recolhimento compulsório dos bancos comerciais, o Banco Central emprega um instrumento da política monetária expansionista.

Comentários:

Pelo contrário: ao exigir que os bancos depositem valores mais elevados, sobra menos dinheiro para os bancos emprestarem, reduzindo assim o multiplicador monetário e a oferta de meios de pagamento da economia.

Gabarito: Errado

3. (2013/CEBRASPE-CESPE/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/Economista)

Com relação aos mecanismos públicos de atuação econômica, julgue o item que se segue.

O governo pode se utilizar de receitas ou despesas públicas para alcançar seus objetivos de política fiscal.

Comentários:

Correto! A política fiscal consiste justamente na utilização das receitas e despesas públicas com objetivos econômicos.

Gabarito: Certo

4. (2005/CEBRASPE-CESPE/ANCINE/Especialista em Regulação)

A teoria macroeconômica analisa o comportamento dos grandes agregados econômicos. Com base nessa teoria, julgue o item seguinte.

Cortes nos gastos destinados aos programas de inclusão digital, de controle da malária e de manutenção de rodovias federais representam exemplos clássicos de políticas fiscais contracionistas.

Comentários:

Correto. Todos os exemplos envolvem redução dos gastos do governo e, portanto, são políticas fiscais contracionistas.

Gabarito: Certo

5. (2014/CEBRASPE-CESPE/CADE/Economista)

A taxa de câmbio pode ser expressa pela convenção do certo ou pela convenção do incerto. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, a convenção do certo cota a moeda nacional em termos da moeda estrangeira.

Comentários:

Os países de moeda forte adotam a convenção do certo, ou seja, preferem medir quanta moeda estrangeira podem adquirir com suas moedas. Na Inglaterra, são divulgadas cotações como esta:

Real brasileiro: 4,25

Peso argentino: 20,15

Euro: 1,22

Dólar: 1,51

E eles sabem que essas cotações indicam quanto da moeda estrangeira podem comprar com **uma libra esterlina**.

Gabarito: Certo

6. (2014/CEBRASPE-CESPE/SUFRAMA/Economista)

Considerando o papel do governo na economia, julgue o item que se segue.

O governo tem como funções a busca da adequada alocação de bens públicos e a promoção de distribuição de renda equitativa, de forma que a estabilidade e o crescimento econômicos são alcançados pela própria dinâmica do sistema de mercado.

Comentários:

A parte que compromete a questão é o trecho final: "de forma que a estabilidade e o crescimento econômicos são alcançados pela própria dinâmica do sistema de mercado".

É exatamente por essa parte não ser verdadeira, ou seja, pelo fato de o mercado não alcançar a estabilidade por si, que o governo deve atuar também na **função estabilizadora**.

Gabarito: Errado

7. (2018/CEBRASPE-CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado)

A função alocativa, uma das funções básicas do governo, visa

a) ofertar bens e serviços públicos que não seriam oferecidos pelo mercado privado ou que seriam ofertados em condições ineficientes.

b) combater choques monetários, com o ajuste no nível geral de preços, estabilização da moeda, alteração do câmbio e modificação da taxa de juros.

c) interferir no ambiente econômico e elevar o nível de emprego e bem-estar da população por meio do emprego de instrumentos de política fiscal.

d) gerar condições para a oferta de bens privados no mercado pelos produtores, corrigindo imperfeições no sistema de mercado e, também, criando externalidades negativas.

e) distribuir a riqueza na sociedade de modo a torná-la menos desigual, com o emprego de mecanismos como tributos, transferências financeiras governamentais, subsídios e incentivos fiscais.

Comentários:

A função alocativa visa ofertar bens e serviços públicos que não seriam oferecidos pelo mercado privado ou que seriam ofertados em condições ineficientes, ou seja, bens públicos.

Gabarito: "a"

8. (2018/CEBRASPE-CESPE/EBSERH/Economia)

A falta de informações sobre o histórico de crédito afeta especialmente os mais frágeis, já que os ricos têm bens para oferecer como garantia. Para lidar com esse problema, tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que corrigirá a fragilidade da ausência de informação sobre o histórico de crédito: o aperfeiçoamento do Cadastro Positivo.

Nesse cadastro, computa-se a nota de crédito do cidadão. Quanto mais responsável ele for ao pagar as suas contas, melhor será a sua nota, que estará disponível para todo o mercado. Reduzem-se, assim, o risco de emprestar e, com ele, as taxas de juros dos tomadores.

Cadastro Positivo e a democratização do crédito J M Pinho de Melo, M Mendes e M e F Kanczuk In: Folha de S.Paulo, 12/2/2018 (com adaptações)

Tendo o texto anterior como referência inicial, julgue o item a seguir, acerca das funções do Estado na economia.

O Estado brasileiro atua no âmbito de sua função distributiva, produzindo diretamente bem público, quando, por meio de políticas de crédito direcionado, estabelece o montante mínimo de recursos que deve ser emprestado pelas instituições financeiras para determinados segmentos econômicos.

Comentários:

Nada disso. Ninguém falou que esses segmentos são aqueles menos abastados, nem que os recursos vieram das camadas mais ricas da população.

Aliás, na prática, esses créditos direcionados costumam ser para setores industriais estratégicos para o país.

Dessa forma, fica mais claro que esse tipo de atuação é principalmente alocativa.

Gabarito: Errado

9. (2016/CEBRASPE-CESPE/TCE-PA/Auditor de Controle Externo)

Com relação à economia do setor público, julgue o item que se segue.

Entre as funções governamentais estabelecidas por meio da política fiscal inclui-se a função estabilizadora, a qual objetiva alterar o modo de distribuição da renda nacional.

Comentários:

Troque "função estabilizadora" por "função distributiva", e teríamos uma questão correta.

Gabarito: Errado

10. (2015/CEBRASPE-CESPE/MPOG/Economista)

Acerca das funções do governo na economia, julgue o item que se segue.

A função estabilizadora é responsável por manter a estabilidade e o equilíbrio da economia por meio da política fiscal e da monetária.

Comentários:

Nada de errado com essa afirmação. Aliás, é uma definição bastante boa da função estabilizadora, que busca crescimento econômico, alto nível de emprego e estabilidade do poder de compra da moeda, fazendo-o por meio de políticas econômicas.

Gabarito: Certo

11. (2016/CEBRASPE-CESPE/TCE-SC/Auditor)

A obrigatoriedade de divulgação, pelas instituições financeiras, do custo efetivo total dos empréstimos e financiamentos a pretendente de crédito, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, constitui forma de intervenção do Estado na economia no âmbito de sua função alocativa.

Comentários:

A função alocativa consiste na correção de falhas de mercado por meio do fornecimento de bens públicos.

Na questão, é exposta a falha de mercado que conhecemos como assimetria de informações, uma vez que as instituições financeiras têm conhecimento do custo efetivo total, enquanto os clientes bancários não costumam ter essa informação, caso ela não seja explícita.

Mesmo para aqueles que têm o conhecimento necessário para obtê-la, o custo dessa informação é muito menor para a instituição.

Portanto, temos nossa falha de mercado: a assimetria de informações. E temos o Estado buscando sua correção por meio de exigência do Conselho Monetário Nacional.

Gabarito: Certo

12. (2016/CEBRASPE-CESPE/FUNPRESP/Analista)

Acerca das funções do governo na economia, julgue o item seguinte.

Ao desenvolver os programas Fome Zero, Bolsa Família e Bolsa Escola, o governo brasileiro exerce primordialmente uma função alocativa de recursos.

Comentários:

Os programas citados são primordialmente relacionados à função distributiva do governo.

Gabarito: Errado

13. (2019/CEBRASPE-CESPE/COGE GE/Auditor de Controle Interno)

No que diz respeito a políticas econômicas governamentais, julgue os itens a seguir.

I Para o exercício da função alocativa, o governo deve ocupar-se exclusivamente da produção de bens e serviços públicos.

II O governo utiliza transferências, impostos e subsídios como instrumentos para o exercício da função alocativa.

III A função estabilizadora do governo protege a economia de flutuações bruscas nos níveis de emprego e de inflação, valendo-se das políticas fiscal e monetária.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários:

A função alocativa não se limita à produção de bens públicos, mas também está relacionada à regulação dessa produção. Por isso, a afirmativa I está errada.

O erro da afirmativa II está e em elencar os instrumentos da **política distributiva** como se fossem da alocativa.

Por fim, a afirmativa III está correta: é disso mesmo que se trata a política estabilizadora.

Gabarito: "b"

14. (2019/CEBRASPE-CESPE/SLU DF/Analista de Gestão de Resíduos Sólidos)

Acerca de aspectos relativos à economia do setor público, julgue o item subsequente.

Denomina-se função alocativa a função básica do governo que preconiza a justa distribuição de renda na sociedade.

Comentários:

A função que preconiza a justa distribuição de renda é a distributiva, e não a alocativa.

Gabarito: Errado

15. (2019/CEBRASPE-CESPE/SLU DF/Analista de Gestão de Resíduos Sólidos)

Acerca de aspectos relativos à economia do setor público, julgue o item subsequente.

As funções típicas de governo, como, por exemplo, a saúde, não podem ser assumidas pelo setor privado.

Comentários:

É discutível esse negócio de chamar a saúde de **função típica** do governo. Tudo bem, a assunção do governo da oferta desse bem (saúde) diante das falhas de mercado (externalidades) é exercício da função alocativa, então talvez fosse possível "forçar essa barra".

Contudo, dizer que a saúde não pode ser assumida pelo setor privado não é verdade, uma vez que se trata de um bem meritório e, portanto, privatizável.

Gabarito: Errado

16. (2016/CEBRASPE-CESPE/TCE-SC/Auditor)

A previdência social brasileira cumpre função distributiva no que diz respeito às funções básicas do Estado na economia, razão por que, nesse aspecto, ela é tida como instrumento de política fiscal.

Comentários:

De fato, ao ser financiando por contribuições progressivas de empresas, a previdência social se manifesta como instrumento fiscal a serviço da função distributiva.

Ou seja, tributa-se aqueles com maior capacidade para conceder benefícios, especialmente na forma de renda, para aqueles que não têm condições de prover para si mesmos, seja por doenças incapacitantes ou por idade.

Gabarito: Certo

LISTA DE QUESTÕES

1. (2015/CEBRASPE-CESPE/TCE-RN/Inspetor de Controle Externo)

Acerca de finanças públicas e orçamento, julgue o item a seguir.

A atuação do governo nas modernas economias capitalistas deve restringir-se à promoção de ajustamentos na alocação de recursos e na distribuição de renda.

2. (2016/CEBRASPE-CESPE/FUNPRESP/Analista de Investimentos)

Acerca das políticas fiscal e monetária, julgue o item a seguir.

Ao aumentar o recolhimento compulsório dos bancos comerciais, o Banco Central emprega um instrumento da política monetária expansionista.

3. (2013/CEBRASPE-CESPE/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/Economista)

Com relação aos mecanismos públicos de atuação econômica, julgue o item que se segue.

O governo pode se utilizar de receitas ou despesas públicas para alcançar seus objetivos de política fiscal.

4. (2005/CEBRASPE-CESPE/ANCINE/Especialista em Regulação)

A teoria macroeconômica analisa o comportamento dos grandes agregados econômicos. Com base nessa teoria, julgue o item seguinte.

Cortes nos gastos destinados aos programas de inclusão digital, de controle da malária e de manutenção de rodovias federais representam exemplos clássicos de políticas fiscais contracionistas.

5. (2014/CEBRASPE-CESPE/CADE/Economista)

A taxa de câmbio pode ser expressa pela convenção do certo ou pela convenção do incerto. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, a convenção do certo cota a moeda nacional em termos da moeda estrangeira.

6. (2014/CEBRASPE-CESPE/SUFRAMA/Economista)

Considerando o papel do governo na economia, julgue o item que se segue.

O governo tem como funções a busca da adequada alocação de bens públicos e a promoção de distribuição de renda equitativa, de forma que a estabilidade e o crescimento econômicos são alcançados pela própria dinâmica do sistema de mercado.

7. (2018/CEBRASPE-CESPE/CAGE-RS/Auditor do Estado)

A função alocativa, uma das funções básicas do governo, visa

a) ofertar bens e serviços públicos que não seriam oferecidos pelo mercado privado ou que seriam ofertados em condições ineficientes.

b) combater choques monetários, com o ajuste no nível geral de preços, estabilização da moeda, alteração do câmbio e modificação da taxa de juros.

c) interferir no ambiente econômico e elevar o nível de emprego e bem-estar da população por meio do emprego de instrumentos de política fiscal.

d) gerar condições para a oferta de bens privados no mercado pelos produtores, corrigindo imperfeições no sistema de mercado e, também, criando externalidades negativas.

e) distribuir a riqueza na sociedade de modo a torná-la menos desigual, com o emprego de mecanismos como tributos, transferências financeiras governamentais, subsídios e incentivos fiscais.

8. (2018/CEBRASPE-CESPE/EBSERH/Economia)

A falta de informações sobre o histórico de crédito afeta especialmente os mais frágeis, já que os ricos têm bens para oferecer como garantia. Para lidar com esse problema, tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que corrigirá a fragilidade da ausência de informação sobre o histórico de crédito: o aperfeiçoamento do Cadastro Positivo.

Nesse cadastro, computa-se a nota de crédito do cidadão. Quanto mais responsável ele for ao pagar as suas contas, melhor será a sua nota, que estará disponível para todo o mercado. Reduzem-se, assim, o risco de emprestar e, com ele, as taxas de juros dos tomadores.

Cadastro Positivo e a democratização do crédito J M Pinho de Melo, M Mendes e M e F Kanczuk In: Folha de S.Paulo, 12/2/2018 (com adaptações)

Tendo o texto anterior como referência inicial, julgue o item a seguir, acerca das funções do Estado na economia.

O Estado brasileiro atua no âmbito de sua função distributiva, produzindo diretamente bem público, quando, por meio de políticas de crédito direcionado, estabelece o montante mínimo de recursos que deve ser emprestado pelas instituições financeiras para determinados segmentos econômicos.

9. (2016/CEBRASPE-CESPE/TCE-PA/Auditor de Controle Externo)

Com relação à economia do setor público, julgue o item que se segue.

Entre as funções governamentais estabelecidas por meio da política fiscal inclui-se a função estabilizadora, a qual objetiva alterar o modo de distribuição da renda nacional.

10. (2015/CEBRASPE-CESPE/MPOG/Economista)

Acerca das funções do governo na economia, julgue o item que se segue.

A função estabilizadora é responsável por manter a estabilidade e o equilíbrio da economia por meio da política fiscal e da monetária.

11. (2016/CEBRASPE-CESPE/TCE-SC/Auditor)

A obrigatoriedade de divulgação, pelas instituições financeiras, do custo efetivo total dos empréstimos e financiamentos a pretendente de crédito, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, constitui forma de intervenção do Estado na economia no âmbito de sua função alocativa.

12. (2016/CEBRASPE-CESPE/FUNPRESP/Analista)

Acerca das funções do governo na economia, julgue o item seguinte.

Ao desenvolver os programas Fome Zero, Bolsa Família e Bolsa Escola, o governo brasileiro exerce primordialmente uma função alocativa de recursos.

13. (2019/CEBRASPE-CESPE/COGE GE/Auditor de Controle Interno)

No que diz respeito a políticas econômicas governamentais, julgue os itens a seguir.

I Para o exercício da função alocativa, o governo deve ocupar-se exclusivamente da produção de bens e serviços públicos.

II O governo utiliza transferências, impostos e subsídios como instrumentos para o exercício da função alocativa.

III A função estabilizadora do governo protege a economia de flutuações bruscas nos níveis de emprego e de inflação, valendo-se das políticas fiscal e monetária.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

14. (2019/CEBRASPE-CESPE/SLU DF/Analista de Gestão de Resíduos Sólidos)

Acerca de aspectos relativos à economia do setor público, julgue o item subsequente.

Denomina-se função alocativa a função básica do governo que preconiza a justa distribuição de renda na sociedade.

15. (2019/CEBRASPE-CESPE/SLU DF/Analista de Gestão de Resíduos Sólidos)

Acerca de aspectos relativos à economia do setor público, julgue o item subsequente.

As funções típicas de governo, como, por exemplo, a saúde, não podem ser assumidas pelo setor privado.

16. (2016/CEBRASPE-CESPE/TCE-SC/Auditor)

A previdência social brasileira cumpre função distributiva no que diz respeito às funções básicas do Estado na economia, razão por que, nesse aspecto, ela é tida como instrumento de política fiscal.

GABARITO

1. E
2. E
3. C
4. C
5. C
6. E
7. A
8. E
9. E
10. C
11. C
12. E
13. B
14. E
15. E
16. C

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.